Palavras de encerramento

CARVALHO CARREIRA
Eng. Mec. (I. S. T.)
Secretário de Estado da Energia

Só algumas considerações que me parecem oportunas no encerramento deste Simpósio sobre o Carvão, em boa hora promovido pela Comissão Nacional Portuguesa da Conferência Mundial da Energia.

Estou convencido que, durante estes dois dias, foram aqui passados em revista os temas mais significativos para a compreensão do futuro do carvão, o que ele representa como fonte de energia e como iremos proceder para que dele possamos tirar o máximo benefício.

O carvão foi de facto o responsável pelos primeiros passos no desenvolvimento da sociedade moderna até que a pressão das enormes reservas de petróleo bruto descobertas no Médio-Oriente, no após guerra, veio alterar profundamente o quadro anterior. A partir desse momento assiste-se ao reforço da indústria petrolífera e ao nascer da petroquímica, as quais, durante os anos 50 e 60, parecia que se iriam implantar e condicionar o sector energético, por larguíssimo período. Só que a progressiva passagem do controlo dos petróleos das mãos das multinacionais petrolíferas para os governos dos países árabes e, de forma mais alargada, para a OPEP, transformou radicalmente a problemática dos petróleos e conduziu, por diversas razões, à crise de finais de 1973. É deste modo, que a história irá consagrar a década de 70 como um marco, uma viragem na vida da sociedade moderna, da abundância à escassez, do consumo despreocupado às restrições, do deixar andar ao acumular de reflexões e busca de soluções para se ultrapassar uma situação bloqueadora do desenvolvimento económico até então prosseguido.

É neste contexto que nos inserimos. É sobre ele que também nós temos de reflectir, até porque, e apesar da crise do petróleo, ainda dependemos em 80 % desta fonte de energia, o que nos coloca, mais uma vez, numa posição de destaque, e ainda agora, com características negativas.

Reconheço que as nossas condições não são muito favoráveis às transformações que o problema requer: quase banimos o pequeno consumo de carvão que já tivemos, não desenvolvemos uma filosofia de utilização, pelo menos urbana, de gás, o que, a ter sido feito, criaria agora uma apetência para reconverter essa actividade em termos de uma forma de energia com boas perspectivas, o gás natural. Há quase 25 anos que desenvolvemos as nossas capacidades na área do nuclear, mas por razões várias só temos acumulado frustações para os que nela têm vindo a trabalhar. Finalmente, nem os nossos poucos recursos energéticos são completamente conhecidos.

Por outro lado, o nosso estádio de desenvolvimento económico e a necessidade de o impulsionar, não é

de molde a esperarmos uma retracção de consumos de energia ao nível do que se passou noutros países.

Tudo isto recomendou e pressionou no sentido de se preparar o primeiro plano energético nacional, através do qual fosse possível obter uma visão global da nossa situação e definir um quadro de soluções que pudessem suportar as decisões sobre as transformações a introduzir no nosso sistema energético. O PEN está praticamente concluído e vai ser apreciado pelo Governo dentro em breve.

A modificação da filosofia de consumos tem de ser concretizada. Não podemos continuar a ter elasticidades de energia/PIB ao nível das que se têm verificado. Isto impõe a adopção de tecnologias mais adequadas às nossas carências energéticas e grande esforço nas acções de conservação de energia em todas as áreas de actividade económica. Promover a conservação de energia através de um conjunto diversificado de actuações terá de ser um objectivo a prosseguir com firmeza.

O carvão, tema deste Simpósio, continuará a desempenhar um papel fundamental na substituição do fuelóleo na produção de electricidade e em algumas grandes indústrias. Contudo, uma penetração em outras áreas obriga à resolução prévia de um conjunto de problemas que se reduzem a duas questões de carácter geral: nem as tecnologias de utilização de carvão, nos seus diversos aspectos, estão adequadas às práticas introduzidas pelo uso dos derivados do petróleo, nem existe, em muitos casos, possibilidade física da indústria se adaptar ao uso do carvão sem encargos por ora não justificados. O carvão, como forma de energia, terá de se reconverter parcialmente de modo a poder oferecer novas condições ao utilizador. O regresso ao passado já não é possível e essa é a maior dificuldade que o carvão encontra para recuperar a posição que já teve.

As questões relativas ao gás natural e ao nuclear, cujas perspectivas actuais e futuras, a nível mundial, são de considerar, terão de ser encaradas muito seriamente em Portugal de modo a não perdermos as oportunidades que se nos deparem para as desenvolver, se tal for julgado vantajoso e, no caso específico do nuclear, porque dispomos de recursos significativos de urânio cujo destino deve ser urgentemente equacionado.

Na área das energias renováveis teremos que prosseguir na utilização dos recursos hídricos, alargando o seu aproveitamento à medida das nossas capacidades financeiras. A biomassa representa uma oportunidade que tem já algum significado para o país, devendo ser feito um esforço no sentido do melhor esclarecimento das suas potencialidades. Para as restantes formas devemos seguir uma política de acompanhamento activo do seu desenvolvimento e a implementação de instalações piloto.

A identificação dos nossos recursos naturais deve constituir uma preocupação e, neste aspecto, o carvão ocupa uma posição importante pois sabemos que existem reservas, mas não conhecemos o seu volume, o que é difícil de aceitar se pensarmos que já passou quase uma década após o primeiro choque do petróleo.

Tal como já referi, o país vai dispor, dentro em breve, de um documento — o PEN — que, sem grandes alardes, irá promover uma reflexão alargada e uma sensibilização relativamente ao problema energético, donde se recolherão, certamente, dados importantes para o correcto encaminhamento do nosso sistema energético.

Mas mais do que isso este trabalho de planeamento, agora em conclusão, permitiu criar os meios e as estruturas indispensáveis ao reequacionamento periódico da questão energética e esta foi sem dúvida uma conquista importante que foi conseguida.

Espero que o debate que resultará desta versão do PEN decorra de forma viva, mas sem paixões que lhe retirem sentido prático, e que daí se possam conseguir as orientações fundamentais para a reformulação de aspectos importantes do sistema energético do país, tendo em atenção o quanto ele representa como componente do nosso desenvolvimento económico e da nossa capacidade competitiva face ao exterior.